

A EVOLUÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL E A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

THE EVOLUTION OF INTERNATIONAL LAW AND PROTECTION OF HUMAN PERSON: AN ANALYSIS FROM THE INTER-AMERICAN HUMAN RIGHTS SYSTEM

Gilmar Antonio Bedin

Graduado em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (1989) e Mestre (1994) e Doutor (2001) em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, está fazendo Estágio de Pós-Doutorado na Universidade de Santiago do Chile. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria do Estado, Direito Constitucional e Direito Internacional Público. Atualmente, é professor permanente do Curso de Graduação em Direito e do Curso de Mestrado em Direitos Humanos Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e professor colaborador do Curso de Graduação em Direito e do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI). Editor-Chefe da Editora UNIJUÍ, líder do grupo de pesquisa Direitos Humanos, Relações Internacionais e Equidade. E-mail: gilmarb@unijui.edu.br. Endereço do CV: <http://lattes.cnpq.br/0553982956028307>.

Tiago Meyer Mendes

Mestre em Direito, com ênfase em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI. Docente de ensino superior na UNIBALSAS - Faculdade de Balsas das matérias de Direito Internacional e Sociologia Geral e Jurídica para o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais - Direito. Pesquisador na área do Direito Internacional, Direitos Humanos, Direito Constitucional e Sociedade Mundial. E-mail: tmeyermendes@hotmail.com. Endereço do CV: <http://lattes.cnpq.br/2521733842995518>.

Tamires de Lima de Oliveira

Mestranda em Direito, com ênfase em Direitos Humanos, pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ - Brasil). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduada em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Integrante do grupo de pesquisa Direitos Humanos, Relações Internacionais e Equidade, área de atuação Estado, Interdependência Global e Direitos Humanos, vinculado ao DGP/CNPQ. E-mail: oliveira.tamireslima@gmail.com. Endereço do CV: <http://lattes.cnpq.br/6672833804053285>.

RESUMO

O presente artigo objetiva demonstrar o percurso transcorrido desde as primeiras relações humanas que deram início ao que hoje conhecemos por sociedade internacional e a consolidação do Direito Internacional. Primeiramente, realiza-se um breve relato histórico-jurídico do desenvolvimento do direito internacional, de embrionário *jus gentium* até o atual momento de evolução em que se encontra: um direito cada vez mais rígido, vinculante e sofisticado. Em um segundo momento, destaca-se a importância da teoria do monismo internacionalista, dialogando-a com o fenômeno de internacionalização dos Direitos Humanos, conferindo-se especial atenção ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) e avaliando como o sistema jurídico comporta-se no complexo mundo contemporâneo. Por fim,

demonstra-se que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos tem agido como promotor dos direitos em âmbito regional e internacional, desenvolvendo, validando e efetivando os direitos do âmbito externo para o interno, bem como evidenciando a necessária problematização da cidadania e sua formatação no contexto exposto. O método empregado é o hipotético-dedutivo, tendo como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Direitos humanos. Direito internacional. Monismo internacionalista. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

ABSTRACT

This article presents the route passed through since the first human relations which began what we know today as international society and the consolidation of international law. First, there is a brief historical account of the legal development of international law, from the embryonic *jus gentium* to the current state of development in which it is: a Law increasingly rigid, binding and sophisticated. In a second step, the importance of internationalism monism theory is highlighted, putting it into a dialogue with the phenomenon of internationalization of human rights, with a particular attention to the Inter-American System of Human Rights (ISHR) and assessing how the legal system behaviors in the complex contemporary world. Finally, it is shown that the Inter-American Human Rights System have acted as the rights promoter in regional and international levels, developing, validating and making effective the rights from the external environment to the domestic one, as well as demonstrating the necessary questioning of citizenship and its formatting in the exposed context. The method employed is the hypothetical-deductive, having, as research technique, the literature review.

Keywords: Human Rights. International Law. Internationalist monism. Inter-American Human Rights System.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A compreensão de mundo modifica-se continuamente. Inicialmente era uma vastidão infindável, haviam monstros e abismos nos ermos desconhecidos, e o ser humano era pequeno perante ele. Com as luzes do Iluminismo e as viagens marítimas a noção de mundo mudou significativamente: ele já era enorme e o ser humano crescera consideravelmente. O contato entre nações de diferentes culturas, religiões e organizações político- jurídicas, ainda que inicialmente incitado por disputas territoriais e conflitos religiosos, levou a busca por uma ordem capaz de reger as relações emergentes entre os povos, independentemente de suas particularidades nacionais.

Foi em busca deste ideal que debruçaram-se pensadores do século XVI e XVII, hoje chamados pais fundadores do direito internacional, em especial Francisco de Vitória, Francisco Suárez, Hugo Grotius e Alberico Gentili, que à época enfrentavam o desafio de conferir autonomia e universalidade ao então *direito das gentes*. Ao fim da Segunda Guerra Mundial e em consequência de todos os avanços tecnológicos dos últimos tempos o mundo apequenou-se

ainda mais: as distâncias, a pouco invencíveis, tornaram-se um horizonte próximo e o ser humano agigantou-se. Este processo se consolidou com o fim da Guerra Fria e a (quase) plena globalização. Contemporaneamente, com a comunicação em tempo real, a possibilidade de viajar sem grandes riscos e delongas e uma razoável parte do conhecimento disponível àqueles que se dispuserem a buscá-lo, o mundo tornou-se globalizado, a sociedade mundial interage significativamente e há, diariamente, possibilidades jamais pensadas pela humanidade há duas décadas atrás.

Há Direito Internacional desde as primeiras relações entre dois grupos humanos distintos, exatamente o mesmo momento em que se dá a origem de uma sociedade internacional primitiva. Todavia, este ramo do direito evoluiu significativamente desde seu início à contemporaneidade. Atualmente transformou-se em um direito rígido, de caráter vinculante às constituições. O mais relevante marco do Direito Internacional dá-se com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, o qual impõe a gênese fundante vinculando uma declaração internacional com um modo de conduta para os Estados, os quais se percebiam absolutamente soberanos desde a Paz de Westfália de 1648. Esta declaração altera significativamente a posição do Direito Internacional perante os Estados e o Direito Constitucional tradicional.

Com o objetivo de buscar a promoção dos direitos humanos, o Direito Internacional evolui, produzindo novas formas de atuação, tornando-se mais presente nas relações dos Estados e das transnacionais, bem como passa a interagir, inclusive, nas relações individuais. São criadas Cortes Internacionais que assumem uma importância crescente com a possibilidade de julgamentos. E através da influência e autoridade do Direito Internacional ocorre a criação dos Sistemas Regionais de Direitos Humanos.

Estes possuem um caráter duplo de importância: o primeiro de observar, validar e efetivar os direitos humanos, e o segundo pela observação dos regionalismos e análises do ambiente em que atuam, não ficando aprisionados a uma sociedade teórica, ditando, assim, leis ao vazio. Desta forma, o presente artigo pretende fornecer alguns elementos para auxiliar na compreensão, na socialização, na reflexão das relações dos Direitos Internacionais, dos Direitos Humanos e da sua evolução até a criação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

1 O DIREITO INTERNACIONAL E SEU PERCURSO HISTÓRICO

Apesar de aparentar ser uma criação atual, a sociedade mundial existe desde o primeiro enfrentamento de dois *homo sapiens* que vivessem em culturas ou grupos distintos. Esta é uma perspectiva abrangente do princípio primitivo e amplo deste fenômeno, todavia, verdadeira em sua concepção central. O Direito Internacional, como série de normas, ainda que não positivados, origina-se para garantir que estes encontros sejam menos traumáticos e belicosos¹. Tem sua gênese no momento em que as relações entre diferentes grupos humanos tornaram-se costumeiras, passando a figurar como parte da vida dos indivíduos que se relacionavam uns aos outros (MENDES, 2015).

Em sua fase inicial o Direito Internacional tem o objetivo de promover alguma forma de código de conduta que possa preservar as relações. É uma garantia baseada em uma construção moral e de costumes, uma expectativa de convívio ordenado em busca da paz. Subsequentemente a primeira fase, o Direito Internacional passa a operar de forma mais estruturada. As Cidades-Estados da Grécia Antiga, período compreendendo de cerca do ano 1.100 a. C até o ano 146 a. C, compondo as aproximações e contatos de uma forma mais política. A necessidade de negociação e, logo, relações entre as próprias Cidades-Estados gregas e as de outros povos vizinhos possibilitou a ampliação e uma maior organização do Direito Internacional, mesmo que ainda latente (SWINARSKI, 1993).

Esta incipiente diplomacia das relações internacionais gera estabilidade aos contatos, atendendo as expectativas daqueles que interagiam. É exatamente neste período que tem gênese um conjunto de princípios jurídicos internacionais, como a tradição, até hoje vigente, da imunidade aos embaixadores/mensageiros². A decadência grega é uma consequência da ascensão de Roma. A civilização romana, com seu caráter ainda mais conquistador que a grega, e com os fundamentos de uma teoria jurídica, passa a transformar o Direito Internacional, tornando-o mais sólido e duradouro. As Cidades-Estados romanas, baseadas em um pensamento conquistador, dominante, prático e jurídico, se empenham em regulamentar suas relações com outras civilizações (MASI, 2011).

¹ “A civilização constitui um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar indivíduos humanos isolados, depois famílias e, depois ainda, raças, povos e nações numa única e grande unidade, a unidade da humanidade (...) Mas o natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e de todos contra cada um, se opõe a este programa de civilização.” (FREUD, 2011).

² O embaixador ou mensageiro deveria responder apenas as leis de seu país de origem, pois representavam àquele quando estavam em cumprimento de suas tarefas. Esta tradição nasce por volta do ano 400 a.C, ou seja, em um momento onde a Grécia e seu viés expansionista já interagem com diversas outras civilizações, sendo estes contatos pelo seu caráter expansionista-conquistador, ou com fins econômicos e comerciais.

Desta forma, são concebidos dois ramos do Direito Romano³ voltado às relações de Roma com os demais povos, o *jus gentius* e o *jus fetiale*. Ainda, são criadas as primeiras regras que preveem situações de guerra, havendo, desta forma, uma evolução significativa no Direito Internacional. O *jus fetiale* relacionava-se ao direito privado, ao direito do indivíduo. Desde o cidadão romano que estava fora de seu território, a mando de Roma ou não, como também, dos direitos civis e, majoritariamente, das questões privadas, envolvendo o comércio entre dois sujeitos, onde um deles fosse romano, ou então, ocorresse em um território conquistado por romanos (DAL RI, 2011).

Diversamente, o *jus gentius* é apontado por diversos doutrinadores como o precursor do Direito Internacional como o conhecemos hoje. Seu nome indica “direito das gentes”, desta forma, ele tem uma codificação para a política e cidadania para fora do território de Roma e para os territórios conquistados e os indivíduos que previamente habitavam estes Estados. Trata-se de direitos envolvendo a compreensão do estrangeiro dentro da política e do sistema jurídico romano (TIERNEY, 2004).

A organização tribal da Roma antiga consistia em um sistema denominado gentílico, que constituía o direito das *gens*, das pessoas que pertenciam a um mesmo clã. Nesse contexto, era possível distinguir o *jus gentilecum* que regia as relações entre as classes superiores e as inferiores no âmbito de uma mesma gen. Este era distinto do *jus gentilitatis* que abrangia as leis em vigor para a classe superior dos gentis, bem como do *jus gentium* que adotava um conceito completamente diverso do moderno, compreendendo tão somente a regulação das relações entre as diferentes *gens*, constituindo-se em um Direito intra-gentes e não inter-gentes. Apenas mais tarde, com a necessidade de romana de regular as relações com estrangeiros é que esse Direito começou a adquirir feições mais universalistas, com um processo de formação bastante vinculado ao do costume e, não raro, confundido com o Direito natural (MACEDO, 2010).

Os primeiros esboços do direito internacional encontram-se principalmente nos séculos iniciais da baixa Idade Média, a partir dos estatutos das cidades autônomas que incitaram as divisões jurisdicionais do território europeu, fazendo surgir um novo fenômeno jurídico entre nações, ou, entre *gens*. A partir do século XII as primeiras tentativas de centralização do poder político e de delimitação da atividade legislativa redesenharam os traços da “comunidade internacional” que emergia. Desde então, pensadores jusnaturalistas e contratualistas passaram

³ Roma possuía a figura do pretor, o juiz peregrino que tinha o dever de levar o direito para além das Cidades-Estados centrais da civilização romana. O pretor tinha a missão de aplicar a complexa lei romana nos territórios considerados bárbaros. Além disso, o pretor tinha o dever de regulamentar a relação do povo romano que vivia em regiões recém dominadas, ou ainda com domínio não sedimentado, implementando e garantindo que o sistema jurídico romano prevaleceria sobre os demais territórios e a sua cultura triunfasse (DAL RI, 2011).

a buscar argumentos para explicar a natureza desse fenômeno que fugia ao poder dos Estados e criava um novo âmbito de relações cada vez mais densificadas e estratificadas (DAL RI JR, 2014).

Após esse período de evolução houve uma ruptura no pensamento tradicional da cultura do direito vinculada ao Estado, passando, tanto o direito quanto o Estado, a serem vinculados à religião católica que predominava no mundo ocidental. Esta mudança de paradigma foi sentida pelo Direito Internacional, tendo alguns avanços, mesmo que tímidos, e muitos retrocessos, principalmente no que tange às garantias do direito. Durante o período que corresponde à Idade Média, valendo-se do período do século V d.C. até o final do século XV (BEDIN, 2008), a Igreja Católica Apostólica Romana recriou o espírito de expansão do Império Romano e sua fixação como dominante passava pela instauração de uma cultura homogênea, baseada na moral judaico-cristã.

A expansão cultural cristã dá gênese a uma ideia de *Communitas Christiana*, algo como uma comunidade global de práticas e identidades semelhantes entre os mais diversos cidadãos, seguindo certos dogmas e ritos baseados na interpretação católica da Bíblia (RUIZ, 2002). Na Idade Média uma unidade de direito propagou-se por toda a Europa, do século XII até o final do século XIV, os Tribunais da Inquisição, formando um grande número de cortes com poderes de decisão, baseados em uma lógica de Direito Canônico, por toda a Europa, como também em alguns dos territórios conquistados do Novo Mundo.

Com o poder da Igreja acima do poder dos Estados estes tribunais tornavam-se superiores a qualquer legislação local e estatal. Entretanto, cabe ressaltar que a forma por meio da qual era conduzido o processo não possuía, praticamente, proteções jurídicas aos réus como no sistema jurídico moderno. Estes tribunais tiveram uma função de intimidação para a aceitação do direito canônico e não uma implementação de justiça (BEDIN, 2008). Nos séculos que seguiram a partir do século XV, o mercantilismo, as conquistas napoleônicas, a colonização estabelecida das nações africanas e americanas pela Europa, as relações entre Europa e Ásia, entre outras podem ser apontadas como as relações internacionais vigentes à época.

O Direito Internacional passa a constituir-se em uma ciência específica com o esforço contínuo de juristas⁴ dos séculos XVI e XVII, quando passa a dotar-se de um nível de especialização maior, analisando as relações da sociedade internacional crescente que é aflorada

⁴ São os chamados pais fundadores da ciência do Direito Internacional, Francisco de Vitória (1493 – 1546), com sua principal obra “Os índios e o Direito da guerra”; Alberico Gentili (1522 – 1608), autor de “O Direito da guerra”; Francisco Suárez (1548 – 1617), o qual escreveu “*De legibus*”; e, o mais essencial para o Direito Internacional de todos, Hugo Grotius (1583 – 1645), tendo este escrito “O Direito da guerra e da paz”.

pelo mercantilismo e pela colonização de um novo mundo, além das constantes relações entre as civilizações europeias, cada vez mais definidas e complexas (BEDIN, 2011). Especialmente na Europa, o desenvolvimento do *jus gentium* se deu em um contexto de conquista territorial e marítima permeada por conflitos religiosos. O contato com povos não cristãos e a expansão de crenças protestantes (especialmente o Calvinismo e Luteranismo), não apenas enfraquecia o poder hegemônico da Igreja, mas trazia à tona questões cuja resolução parecia transcender o domínio das nações, como a “categorização” dos povos indígenas e o domínio dos mares.

Nesse sentido, vê-se na doutrina de Francisco de Vitória, um direito das gentes que se insere no contexto de nascimento de uma verdadeira noção cosmopolita de soberania. Apontava o autor que, muito embora sociedade das nações se configurasse como uma sociedade de repúblicas livres e independentes, igualmente soberanas, estas deveriam estar subordinada a um direito em comum, que teria por objetivo vincular os Estados como direito cogente, advindo da autoridade do mundo inteiro, ou seja, da humanidade como entidade moral representativa de todo gênero humano, uma comunidade mundial (*communitas orbis*).

Já em Hugo Grócio, o direito das gentes, enquanto direito resultante do consenso e da razão implica em uma ordem não apenas de Estados, mas verdadeiramente de povos. Para Paulo E. V. Borges de Macedo (2006), o termo *gentes* empregado por Grócio não significava simplesmente Estados, mas estava mais próxima da noção de *povos*, reunidos sob uma forma de organização política qualquer, ou seja, não uma coletividade abstrata, mas os próprios homens enquanto comunidade internacional. Isso implica que o direito das gentes em Grócio se aproxima do Direito internacional, como este é visto hodiernamente, no sentido em que passa a designar mais do que uma realidade extranacional, ou seja, constitui-se, não só em um direito que ultrapassa as fronteiras do Estado, mas que rege as relações entre os povos.

Posteriormente, com a paz de Vestfália, após o declínio do poderio supremo da Igreja sobre a política estatal, nascem os Estados modernos. Desta forma o mundo passou, mesmo que gradualmente, a relacionar-se de forma mais política e econômica, gerando novas expectativas, realidades, transições, culturas etc. (BEDIN, 2008). O Estado moderno nasce com a Paz de Vestfália⁵ em 1648, pela ruptura com a Igreja em suas concepções políticas. Trata-se de um

⁵ O conceito de soberania vestfaliano (que perdurou até meados do século 20) adequava-se bastante aos moldes teorizados por Jean Bodin. Este filósofo escreveu durante o momento histórico de dissolução das estruturas feudais e advento da reforma protestante e pretendia encontrar uma base em que a harmonia da comunidade política internacional pudesse ser estabelecida, vendo o poder soberano como o instrumento necessário para esse fim. Essa sua visão desviava a detenção do poder centrado na pessoa do governante para depositá-la na comunidade política, constituída em Estado individual – que era capaz de exercer a autoridade executiva e legislativa no interior de seus territórios, mas que num posicionamento internacional era incapaz de coadunar seus interesses ao das demais unidades políticas que compunham o sistema internacional (BEDIN, 2009).

ente que foi constituído inicialmente sob três paradigmas fundamentais: do contrato, para proteger o povo contra um governo autoritário e despótico, ideário de Thomas Hobbes; da laicidade, concepção desenvolvida por Nicolau Maquiavel e; da soberania, nos termos apresentados por Jean Bodin. Criava-se, neste ínterim, o conceito de Estado absoluto como “potência soberana e politicamente independente” (BEDIN, 2011, p. 33).

A partir desta nova configuração, de predomínio dos Estados soberanos nas relações internacionais, as políticas internacionais passam a ser definidas a partir de interesses pautados em termos de poder. A guerra passa a ser vista como meio legítimo na preservação dos interesses individuais das nações “e o conceito de ‘razão de estado’ como questão central de uma política internacional que submete todos os valores éticos e jurídicos às necessidades e aos objetivos do poder” (BEDIN, 2011, p. 102). Durante o período que se seguiu a 1648, os Estados passaram a formatar-se da forma contemporânea e estabelecerem diálogos multilaterais. As necessidades passaram a ser maiores, já não mais cada região ou cidade de um país relacionava-se independentemente, mas sim um Estado inteiro com os demais, provocando relações mais intrincadas, complexas e diplomáticas dentro do Direito Internacional.

Ao fim do século XIX e gênese do XX, era consensual o pensamento em favor da globalização nos termos econômicos e do governo mínimo. Entretanto, após 1914, houve uma grande derrocada causada pelas duas grandes guerras mundiais. O ciclo virtuoso de desenvolvimento tornou-se uma espiral decadente e o colapso da economia mundial causou crises nacionais. (FRIEDEN, 2008). As crises nacionais afetaram significativamente a economia e a política interna dos países. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo chegou ao seu estágio mais avançado de interação e constante relacionamento. As tecnologias desenvolvidas durante os conflitos proporcionaram as relações mais eficazes e velozes, as distâncias diminuíram, a necessidade obrigou a sociedade mundial a especializar-se e criar pontes de diálogo (GREENSPAN, 2013).

O paradigma absolutista da soberania externa atinge seu apogeu e simultaneamente sua queda na primeira metade do século XX, com o advento das duas grandes guerras mundiais, que forçaram a modernidade ao desenvolvimento de um Direito internacional cogente, capaz de ultrapassar os limites do poder estatal e estabelecer normas de convivência humanitária pautadas no objetivo da manutenção da paz. É neste momento que começam a esvanecer todos os antigos pressupostos da soberania, seja no campo interno, como externo. Internamente, com o advento do estado constitucional de Direito. E externamente, frente ao desenvolvimento de um Direito internacional mais normatizado e institucionalizado, que surge como um Direito

vinculador também aos Estados, através de um sistema de normas cogentes (FERRAJOLI, 2007).

Some-se a isso o fato de que, nesta nova sociedade, não apenas os Estados têm atuação, mas dividem espaços com novos sujeitos e atores de Direito internacional. Desta forma as bases da noção de soberania passam a ser repropostas no plano internacional, ocasionando uma progressiva limitação desse conceito, notadamente com o desenvolvimento de organizações internacionais. Em 1948 surgem dois importantes marcos do Direito Internacional: a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de aproximação dos países e evitar novas batalhas de proporções catastróficas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a qual atribuiu ao direito internacional à tarefa de regular os direitos humanos, princípios estes criados para o desenvolvimento de uma harmonização no convívio, garantindo direitos àqueles que poderiam ser renegados por seus países, esperando, assim, uma maior validade e efetividade nos direitos de proteção a uma vida digna e pacífica.

Foi a partir desses dois documentos que a soberania externa passou a abandonar seu caráter de “liberdade selvagem”, subordinando-se positivamente ao imperativo da paz e a garantia dos Direitos humanos. Nas palavras de Ferrajoli (2007, p. 40),

[...] por um lado o veto à guerra, sancionado no preâmbulo e nos dois primeiros artigos da Carta da ONU, suprime aquele *ius ad bellum* que, de Vitória em diante, foi o principal atributo da soberania externa e representa, portanto, a norma constitutiva da juridicidade do novo ordenamento internacional. Por outro lado, a consagração dos Direitos humanos na Declaração de 1948 e depois nos Pactos internacionais de 1966¹⁹ atribuiu a esses Direitos, antes apenas constitucionais, um valor supra-estatal, transformando-os de limites exclusivamente internos em limites agora também externos ao poder dos Estados.

A partir destas transformações, é possível afirmar que a questão que se impõe na sociedade internacional é, parafraseando Hans Kelsen (2010, p. 540), “sobre se o Direito Internacional é ou não pressuposto como sendo superior ao Direito Nacional”. Kelsen sabiamente compreendia que apenas como ordem normativa, não como pessoa atuante, poderia o Estado ser soberano em seu verdadeiro sentido:

Na medida em que por “Estado” se entende uma ordem social, especialmente uma ordem jurídica nacional, a ideia de que a ordem jurídica nacional seja a suprema autoridade jurídica pode ser expressa na afirmação de que o Estado é soberano. Essa é a maneira usual de falar de soberania. Quando, porém, está em questão o Estado como pessoa jurídica - como sujeito de obrigações, responsabilidades e Direitos nacionais e internacionais -, então o Estado não pode ser considerado soberano no sentido de suprema autoridade. Isso porque o Estado, como sujeito de obrigações, responsabilidades e Direitos, deve sempre ser tido como sujeito a uma ordem jurídica, ainda que a sua própria, isto é, a ordem jurídica nacional, o Estado não pode ser considerado suprema autoridade. [...] Por isso afirmar que o Estado é soberano significa que a ordem jurídica nacional é ordem sobre a qual não há outra ordem superior. A única ordem concebível como superior é a ordem jurídica internacional (KELSEN, 2010, pp. 539-540).

Desse raciocínio decorre que o direito internacional, quando reconhecido como ordem jurídica válida estabelece uma determinada “superioridade” em relação ao direito nacional por meio de seu princípio da efetividade, que determina a esfera e o fundamento de validade do direito interno, especialmente quando se reflete sobre a questão no Direito internacional dos direitos humanos. A afirmativa apresentada por Kelsen simplesmente demonstra a lógica evidente de que não há mais como os ordenamentos jurídicos nacionais constituírem-se como “centros soberanos do Direito”. Assim, sob a égide de protetor dos Direitos Humanos, estes cada vez mais influentes no cenário mundial, o Direito Internacional passa a ocupar um novo espaço no sistema jurídico mundial, influenciando inclusive as constituições e demais leis internas dos países. A criação de tratados que regulam e influenciam o direito interno é um avanço na representação da rigidez do viés internacional do direito, demonstrando sua ampla relevância no mundo contemporâneo (PIOVESAN, 2006).

Ademais, é relevante ressaltar o evento da queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, como um fenômeno que altera de forma profunda as relações do Direito Internacional. Uma vez com a ruptura da visão do mundo em dois blocos, socialista e capitalista, o mundo passa a agir de modo mais homogêneo, com uma incontestável colonização cultural. Todavia, as relações tornam-se mais parecidas, assim como as expectativas, principalmente no lado ocidental do globo (MENDES; MENDES, 2015). Logo, os acontecimentos não mais ocorrem no “vazio” ou têm características exclusivamente regionais, entretanto atingiram alcance global. Em outros tempos, com as relações bastante primitivas, pouco (ou nada) eram relevantes os fatos de outras partes do mundo ou até de regiões mais distintas dentro de um mesmo país, todavia, após a sedimentação da globalização como um fenômeno *lato sensu*, em consequência cada efeito é sentido de forma mundial (MENDES; MENDES, 2015).

De fato, conforme destacam Gilmar Antonio Bedin e Argemiro Luiz Brum (2003), o fenômeno da globalização permite verificar, ainda, uma crescente complexidade nas relações internacionais, onde os vínculos de interdependência dos principais atores da sociedade internacional se tornam mais estreitos. Em outras palavras, pode-se dizer que humanidade, após a construção de sólidas identidades nacionais e projetos circunscritos nas fronteiras do território do Estado, passa neste último século a “delinear uma aventura de dimensões planetárias” (p. 11), ao que decorre a “percepção de que o mundo se tornou um único lugar para todos os seres humanos e que os principais problemas e alguns de seus interesses mais relevantes adquiriram rapidamente o caráter de questões mundiais ou globais” (p. 11).

Desta forma, a configuração do mundo como um intrincado sistema global é o mais significativo fato do meio econômico, político, jurídico, midiático e social do mundo, pelo menos no último século. A sua consolidação alterou a referência de como a humanidade se comporta e relaciona-se em uma maioria esmagadora do mundo, desenvolvendo uma vida em comum na sociedade mundial (BRUM; BEDIN; PEDROSO, 2013). É pertinente a observação de que a ideia de uma constituição global parece inviável, vez que apenas reproduziria o intento de uma cultura dominar as demais. Necessário é repensar-se o direito, para promover garantias de direitos fundamentais, direitos sociais, políticos, econômicos, civis e penais dentro de uma observação do caráter multicultural das sociedades que compõem a “sociedade global”. Qualquer tentativa de imposição de uma cultura jurídica acabaria por destituir a alteridade necessária para o desenvolvimento conjunto (MEYER, 2015).

O Direito Internacional vem tornando-se cada vez mais rígido e, segundo Kelsen (2010), mais evoluído por estar aproximando-se de um direito de conceito *hard law*. A construção desta concepção de direito nasce do imperativo filosófico categórico universal de Kant (2008, p. 44): “aja apenas de forma a que a sua máxima possa converter-se ao mesmo tempo em uma lei universal.” Nesta senda, pode-se apontar que o maior desafio da criação de um Direito Internacional que possa cumprir às expectativas da sociedade mundial é que este passe a conseguir impor a sua justiça aos sujeitos aos quais o direito submeter as suas cortes. Esta criação de “garras e dentes” (PIOVESAN, 2014, p. 102) é a essência da capacidade de sancionar, logo de sua própria efetividade (KELSEN, 2010).

Somente através da internacionalização dos Direitos Humanos que se poderá criar um Direito Internacional rígido que tenha alcance universal (PIOVESAN, 2014). Em um sistema de retroalimentação o Direito Internacional necessita proteger aos Direitos Humanos para ter sua efetividade e validação, bem como os Direitos Humanos dependem do Direito Internacional para existirem. De acordo com Piovesan (2014, p. 72),

a consolidação do Estado de Direito nos planos internacional, regional e local demanda o fortalecimento da justiça internacional. Isto porque no Estado Democrático de Direito é o Poder Judiciário, na qualidade de poder desarmado, que tem a última e decisiva palavra, sendo esta a afirmação do primado do Direito.

Dentro deste condão de efetividade e validade, desponta a teoria do monismo internacionalista como vislumbre de uma possibilidade de desenvolvimento do direito internacional rígido e com capacidades para além dos Estados, mesmo que ainda vinculado a estes (KELSEN, 2010). Neste contexto, observe-se que crítica ao ideal universalista dos direitos humanos não se sustenta quando percebe-se que esta universalidade funciona não como uma exclusão das características multiculturais da comunidade internacional, mas como um norte de

sentido, ou, na lógica kelseniana, como “normas fundamentais” que orientam o agir dos Estados na proteção da pessoa humana, humanidade esta que transcende as barreiras dos ordenamentos jurídicos nacionais. A esse respeito pertinente a argumentação de Mirrelle Delmas-Marty (2003, p. 19), ao afirmar que,

[...] este processo que se pode dizer “de universalização”, não tende à difusão de um modelo único, a partir de um ponto único, mas, sobretudo, à emergência, em diversos pontos, de uma mesma vontade de reconhecer os direitos comuns a todos os seres humanos. Neste sentido a universalidade implica mais num compartilhar de sentidos e mesmo num enriquecer de sentidos pela troca entre as culturas.

De fato, os esforços de progressivo desenvolvimento e codificação do direito internacional, evidenciados nas últimas décadas, revelaram aos Estados sua incapacidade de resolver individualmente muitos dos problemas que os afetam. Superada a tradicional visão hobbesiana ou realista das relações internacionais, marcadas pela política de poder, a comunidade internacional passa a aproximar-se da visão kantiana de uma comunidade de caráter universalista caracterizada pela solidariedade e pela cooperação (TRINDADE, 2002). Nesse sentido, com o desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos é o próprio Direito internacional público que se enriquece, no sentido de que lhe é afirmada a aptidão para assegurar a efetivação das obrigações de proteção dos Estados para com a humanidade. Os novos tópicos apresentados ao Direito internacional tornam seu processo de desenvolvimento complexo e multifacetado, um processo normativo necessariamente dinâmico, pois não pode deixar de acompanhar as transformações do mundo (TRINDADE, 2002).

Portanto, a forma de promover a efetividade do Direito Internacional é essencial para a proteção. Ainda, é uma garantia contra um limbo jurídico internacionalista, onde o direito não alcance e prevaleça a lei do mais forte, que no mundo atual define-se pela economia. Ademais, é necessária a observância dos particularismos regionais e o quão desenvolvidos os direitos humanos estão para um grupo ou outro de países, promovendo assim, de forma mais eficaz, os direitos humanos. Nesta senda é que se fazem imprescindíveis os sistemas regionais para o desenvolvimento e ampliação dos direitos humanos na esfera internacional.

3 O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

A complexidade das relações é reflexo de uma sociedade múltipla, a qual necessita constantemente saciar suas expectativas e se percebe mais evoluída. Quando civilizações com estas características encontram-se, tradicionalmente, provocam uma hibridização de anseios e

culturas. Com as pontes de diálogo cada vez mais velozes, as sociedades passam por modificações essenciais com uma grande frequência. É pertinente observar a concepção da alteridade para, oportunamente, analisar a criação dos sistemas regionais de Direitos Humanos. É uma das falácias dos Direitos Humanos entender que todas as partes do mundo anseiam pelos mesmos direitos exatamente ao mesmo tempo, pois há abismos na realidade jurídica do mundo.

Desta forma, enquanto na Europa necessita-se de uma maior efetividade nos direitos políticos mais evoluídos, na América Latina ainda necessita-se a eficácia de direitos de dignidade para a sobrevivência, como saneamento básico, água potável, dentre outros. Exatamente pela percepção da diferença cultural e da desigualdade dos direitos que há a necessidade dos sistemas regionais, os quais observam *in loco* os problemas vividos e as realidades de cada região. Além disso, analisam a situação jurídica de validade e efetividade de cada Estado em seus direitos humanos, desta forma aplicando medidas que surtirão efeitos de forma mais adequada (TRINDADE, 2003).

A relevância dos sistemas regionais é destacada, pois observa a alteridade de seu entorno, conhecendo a biografia e vivências dos indivíduos que compõem a sua região, ampliando assim a ponte de conexão entre o direito e a realidade, culminando na efetivação dos direitos mais ameaçados de cada região do mundo, sem deixar de observar as demais ações internacionais que possam produzir bons resultados em outras regiões, havendo uma troca de experiências de sucesso, expandindo de forma gradativa, porém eficiente, os Direitos Humanos (MENDES, 2015).

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos tem sua fase embrionária com a Carta Internacional Americana de Garantias Sociais e a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem de 1948. Foi a Declaração que “formou a base normativa central da matéria no período que antecede a adoção da Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 1969, e continua constituindo-se na principal base normativa *vis-à-vis* os Estados não-Partes na Convenção Americana” (TRINDADE, 2003, p. 33). As diversas convenções pelas quais a Corte Interamericana construiu seu núcleo normativo bem como de ação ocorreram durante vários anos, todavia, algumas destas merecem destaque.

A Convenção de 1948 formou a base normativa de do ideário jurídico do Sistema Interamericano. De outro lado, a Convenção de 1969 delineou o regramento de ações, de envolvimento diplomático, social e político do Sistema, como também, amadureceu o pensamento jurídico desenvolvido na Convenção de 1948. A Convenção de 1969 despontou para uma generalização dos conceitos da proteção dos Direitos Humanos, ampliando as formas

de ação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, transcendendo desta forma um núcleo rígido de direitos, levando desta forma a uma relação mais efusiva entre o Sistema Interamericano e a proteção aos Direitos Humanos em âmbitos até a pouco encerrados. (TRINDADE, 2003)

De um modo geral, frente ao arcabouço de garantias inseridas na Convenção Americana, os Estados-partes são obrigados a respeitar e assegurar o exercício de direitos e liberdades, bem como adotar as medidas legislativas necessárias para conferir efetividade interna aos direitos humanos. Em outras palavras, estas obrigações dos Estados não significam somente respeitar os direitos garantidos na Convenção, mas implica em uma obrigação negativa e positiva: negativa no sentido de não violar os direitos individuais previstos na norma internacional; positiva no sentido de adotar medidas afirmativas necessárias e razoáveis para assegurar aqueles direitos (PIOVESAN, 2014).

O que se observa é que, quando se trata do futuro da Humanidade, o postulado clássico do positivismo de que “o que não está proibido, está permitido” não mais se sustenta. Em um ordenamento jurídico internacional, como o atual, que busca a afirmação de valores comuns superiores, é justamente a lógica inversa que deve impor-se, no sentido de que o que não está permitido, está proibido (TRINDADE, 2002). A aplicação prática desta lógica é de que, ainda que hajam “lacunas” em relação a determinados assuntos, como em matéria de proteção dos direitos humanos, a aplicação dos princípios do direito internacional público deve capaz suprir a ausência da norma positiva. As práticas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos promovem a alteridade, buscando não transformar a diferença em conflito. Ademais, busca a manutenção das culturas locais perante uma cultura dominante. A ideia é que o sistema jurídico não apenas reproduza as leis, mas sim compreenda um grupo e analise as suas formas de relação, levando em conta sua biografia e seus anseios coletivos.

Em um mundo de relações complexas, falar-se de sociedade em sua concepção é também afirmar que esta “convivência pacífica e amigável com outros sujeitos”⁶ (ELLIOT, 2010, p. 36) vai além do simples existir próximo, mas significa também o coexistir relacionando-se. Nesta vereda, a concepção de uma sociedade mundial⁷ também perpassa pela criação da expectativa de relações bastante profundas e intrincadas, sendo esta mais uma das

⁶ Tradução livre para o original: “peaceful and friendly coexistence with another human being”.

⁷ De acordo com Freud: “A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. [...] A primeira exigência da civilização é, portanto, a justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo” (p. 115, 2011). Ainda, é de se compreender que o Estado tem sua razão de ser na sociedade em busca da civilização, de forma contínua ao aperfeiçoamento (CHEVALIER, 2009).

importâncias da manutenção de sistemas regionais de proteção aos Direitos Humanos, pois estes garantem o respeito mútuo necessário para a criação de pontes de interação multicultural.

Acerca dos Direitos Humanos, objeto de proteção dos sistemas regionais, é necessário analisá-los de forma contemporânea, não reduzida apenas à forma clássica, esta agrilhoadada à soberania estatal, principalmente após a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a atribuição ao direito internacional da sua manutenção. Deve-se observar para além do Estado, assim como se deve considerar as decisões das Cortes internacionais como vinculantes ao sistema jurídico interno em uma aceitação a teoria monista internacionalista (MENDES, 2015). A função da cidadania em uma visão cosmopolita, desse modo, por excelência, é a busca e a consolidação dos Direitos Humanos para todos os indivíduos, independentemente da nacionalidade dos cidadãos. Torna-se impossível garantir a dignidade dos direitos a apenas uma parcela de cidadãos privilegiados, uma vez que a cidadania seria uma fórmula vazia, se outro sujeito não pudesse ter garantidos os seus direitos (BEDIN; MENDES, 2015).

Ainda que a “cidadania onusiana” (MORIKAWA, 2010) seja um importante meio para o desenvolvimento e proliferação da proteção ao princípio da dignidade do sujeito, esta se vincula à questão de que “a cidadania – e não a humanidade do sujeito – é o critério mais importante para a atribuição e usufruto de direitos, incluindo os direitos fundamentais, básicos e inalienáveis da Declaração Universal” (CARVALHAIS, 2004, p. 121). Esta dicotomia da relevância do Estado e sua soberania como garantidora dos direitos frente à globalização e o pensamento cosmopolita em si, é um paradoxo de realidades, vez que se observa no mundo moderno o aumento da influência da internacionalização e das transnacionais no núcleo das nações. Os Estados ainda buscam manter tal poder de forma absoluta, o que põe em xeque o desenvolvimento de uma sociedade mundial em si.

Os Direitos Internacionais estreitam a conexão do indivíduo com o mundo ao afastarem possíveis restrições do Estado ao sujeito ou uma transgressão dos direitos realizada por uma Nação. “Não se pode visualizar a humanidade como sujeito de direito a partir da ótica do Estado; impõe-se reconhecer os limites do Estado a partir da ótica da humanidade.” (TRINDADE, 2006, p. 139). De fato, no mundo contemporâneo, a cidadania passa a ter um caráter de “*status civil*”, compondo o ideal da liberdade e igualdade, indo em conjunto com as acepções fundadoras dos direitos humanos, trazendo a participação coletiva da sociedade no Estado, através da obtenção de direitos mesmo por aqueles financeiramente hipossuficientes (CÔRREA, 2002).

O cosmopolitismo ainda não é efetivo, haja vista que o Estado prossegue sendo essencial para a proteção e garantia dos Direitos Humanos, mesmo existindo instrumentos nacionais e internacionais para a defesa destes, o acesso do cidadão a eles, via de regra, demanda da ratificação estatal (MENDES; MENDES, 2015). No entender de Luigi Ferrajoli (2011, p. 71),

depois do nascimento da ONU, e graças à aprovação de cartas e convenções internacionais sobre os direitos humanos, esses direitos não são mais ‘fundamentais’ somente no interior dos Estados (...), mas são direitos supraestatais, ao quais os Estados são vinculados e subordinados também no nível do direito internacional, não mais direitos de cidadania, mas direitos das pessoas independentemente das suas diferentes cidadanias.

A globalização, principalmente econômica, se não amparada pelo Estado, como estrutura para redistribuição de renda e empoderamento dos sujeitos, apenas amplia o abismo social e as desigualdades econômicas, se for posta exclusivamente em favor do capital (ELLIOT; LEMERT, 2009). “Nesse contexto, o direito à redistribuição requer medidas de enfrentamento da injustiça econômica, da marginalização e da desigualdade econômica, por meio da transformação das estruturas socioeconômicas e da adoção de uma política de redistribuição.” (PIOVESAN, 2014, p. 66 – 67).

O monismo internacionalista aponta que as leis internacionais são vinculantes aos Estados, pois haveria antíteses entre as leis, não garantindo validade e efetividade a nenhuma destas (KELSEN, 2010). Contudo, desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem o direito internacional passou a revestir-se como protetor dos direitos humanos e estes são os direitos fundamentais, em sua concepção e manutenção. Logo, estes antecedem aos demais, formando uma proteção a eles, buscando concórdia e dignidade para os indivíduos. Com esta observação pode-se analisar que as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos são vinculantes aos Estados, mesmo que a Corte não possua uma forma coercitiva de efetivar seus direitos⁸ (MENDES, 2015). Entretanto, pela complexidade e influência que ela possui no âmbito internacional (relacionado com grande parte das atividades estatais) acaba por alcançar seu objetivo de influenciar o direito interno através do direito externo.

Assim o Sistema Interamericano de Direitos Humanos promove uma nova análise da cidadania, principalmente quando a observa em sentido *lato*, buscando proteger os indivíduos para que não permaneçam em zonas de não-direito e em limbos jurídicos, sofrendo quaisquer

⁸ Segundo GARAVITO e KAUFFMAN (2015), o cumprimento ou não cumprimento das decisões da CIDH não é uma questão absoluta, pelo contrário, a maioria dos Estados toma providências para atender a algumas das medidas ordenadas pelos órgãos de proteção. Esse cumprimento das decisões da Corte é importante por, pelo menos, dois motivos: 1) para dar às suas decisões força de lei; e 2) para dar conhecimento de que o sistema funciona apenas se todos, ou a grande maioria de seus membros acatar suas decisões. De fato, para cada Estado que recusa abertamente cumprir as decisões da Corte, ou rejeita sua jurisdição, esta perde sua legitimidade e eficácia.

tipos de sanções. Analisar a cidadania sob uma concepção internacionalista, mesmo com o Estado como seu meio de efetivação, é promover os direitos humanos em âmbito externo e interno. Desta forma, estes podem alcançar, em algum momento futuro, a efetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso do Direito Internacional foi longo para chegar ao ponto onde se encontra, desde um direito costumeiro até um direito rígido e desenvolvido, cada vez mais vinculante numa relação do direito externo com o direito interno, o que promove um maior desenvolvimento e promoção de direitos básicos de convivência harmônica e efetiva. O Direito Internacional tem se tornado mais rígido, aproximando-se assim de um conceito de *hard law*, indo ao encontro da expectativa da sociedade acerca da esfera jurídica. Esta transformação somente foi possível a partir da Declaração universal dos direitos do homem de 1948, que impôs um regramento mínimo de ação e reação e direitos e deveres dentro da convivência humana.

A teoria que compreende esta situação da rigidez e vinculação do Direito Internacional ao interno é a teoria monista internacionalista, que impõe uma situação para não haver dicotomia entre o direito externo e interno, principalmente nas situações que envolvem direitos humanos. Todavia, com o passar dos anos os desejos tornaram-se mais complexos. Assim, cabe à esfera jurídica promover formas de garantir direitos, igualmente, mais complexos, como direitos políticos e econômicos. Promovendo de fora para dentro aos Estados, um desenvolvimento da cidadania para além do conceito fechado do nacionalismo ou da soberania, como também, promover formas de minoração dos abismos econômicos instituídos pela desigualdade social e da mítica luta de classes.

Ademais, outro fator preponderante para a possibilidade do desenvolvimento do sistema jurídico em âmbito nacional é a criação de Sistemas Regionais de Direitos Humanos, pois estes promovem, efetivam e vinculam aos Direitos Humanos analisando e respeitando a cultura, biografia e o momento jurídico de cada Estado, optando assim por utilizar políticas de desenvolvimento condizentes com a realidade de cada local. Ainda, os Sistemas Regionais criaram um novo significado para a cidadania, a qual vem sendo revista e repensada desde a criação da ONU. Desta forma, o Direito Internacional cada vez mais assume uma responsabilidade que é a mesma de sua origem: a convivência pacífica. Entretanto, a evolução do ramo internacionalista do direito é ainda incipiente e para que possa prosseguir nesta senda

é necessário observar este direito como vinculante aos direitos internos, valendo-se da teoria monistas internacionalista para que tenha a devida efetividade e validade.

REFERÊNCIAS

BEDIN, Gilmar Antonio. **A Idade Média e o Nascimento do Estado Moderno: Aspectos Históricos e Teóricos**. Ijuí: Unijuí, 2008.

BEDIN, Gilmar Antonio. Estado de Direito e relações internacionais: É possível o Direito substituir as relações de poder na sociedade internacional? In: BEDIN, Gilmar Antonio (org.) **Estado de Direito, jurisdição universal e terrorismo**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

BEDIN, Gilmar Antonio. **A sociedade internacional clássica: aspectos históricos e teóricos**. Ijuí: Unijuí, 2011.

BEDIN, Gilmar Antonio. MENDES, Tiago Meyer. **Consumo e cidadania: os Direitos Fundamentais e o cerceamento de direito no consumismo ocidental**. In: ANDRIGHETTO, Aline; STURZA, Janaína Machado; GRANDO, Juliana Bedin (Orgs.). **Direitos Fundamentais e garantias sociais: contributos à luz dos Direitos Humanos**. Bento Gonçalves: Associação Refletindo o Direito, 2015, p. 58-74.

BRUM, Argemiro Luís; BEDIN, Gilmar Antonio. Globalização e Desenvolvimento. Algumas reflexões sobre as transformações do mundo atual e suas implicações no processo de desenvolvimento. **Revista Desenvolvimento em Questão**, vol. 1, núm. 2, julho-dezembro, 2003, pp. 9-35. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Brasil.

BRUM, Argemiro Luis; BEDIN, Gilmar Antonio; PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. A globalização, o declínio da soberania do Estado e a crise econômica de 2007/2008: a necessidade de criação de um sistema de governança econômica global. **Revista Direitos Humanos e democracia**, Ano 1, n.1, jan/jun 2013, Programa Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Unijuí. Ijuí: Editora Unijuí, 2013. pp. 229-249.

CARVALHAIS, Isabel Estrada. **Os desafios da cidadania pós-nacional**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

CHEVALLIER, Jacques. **O Estado pós-moderno**. Trad. Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

DAL RI JR, Arno e outros (orgs.). **A formação da Ciência do Direito Internacional**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

DAL RI, Luciane. **Ius Fetiale: As origens do Direito Internacional no universalismo romano**. Ijuí: Unijuí, 2011.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Três desafios para um direito mundial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

ELLIOT, Anthony; LEMERT, Charles. **The new individualism: the emotional cost of globalization**, Londres, Routledge, 2009.

ELLIOT, Anthony. **The routledge companion to social theory**. Londres, Routledge, 2010.

FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno: nascimento e crise do Estado nacional**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FERRAJOLI, Luigi. **Principia iuris: Teoria del derecho y de la democracia**. Madrid: Editorial Trota, 2011.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Tradução de Vivian Mannheimer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

GARAVITO, César Rodríguez; KAUFFMAN, Celeste. De las órdenes a la práctica: análisis y estrategias para el cumplimiento de las decisiones del sistema interamericano de derechos humanos. In: **Desafíos del Sistema Interamericano de Derechos Humanos**. Nuevos tiempos, viejos retos. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2015.

GREENSPAN, Alan. **O mapa e o território: risco, natureza humana e o futuro das previsões**. Trad. André Fontenelle e Otacílio Nunes. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2013.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Trad. de Marcos Zingano. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KELSEN, Hans. **Princípios do direito internacional**. Trad. Gilmar Antonio Bedin e Ulrich Dressel. Ijuí: Unijuí, 2010.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. **Hugo Grotius e o Direito: o jurista da guerra e da paz**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. A genealogia da noção de Direito internacional. In: RFD - **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**. v. 1, n.18. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1349>>. Acesso em: dez. 2013.

MASI, Carlo Velho. **A história do Direito das Relações Internacionais**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2761, 22 jan. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18320>>..

MENDES, Tiago Meyer. **A evolução do Direito Internacional em seu percurso histórico e o Sistema Interamericano de direitos humanos: a promoção dos direitos humanos em âmbito internacional**. In: WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (Org.). **Sistemas Regionais de direitos humanos: perspectivas diversas**. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2015. pp. 14-31.

MENDES, Tiago Meyer; MENDES, Eduardo Meyer. **Da globalização ao cosmopolitismo, as mudanças na sociedade mundial e o percurso do Direito Internacional rígido**. Revista Argumenta, Jacarezinho - PR, n. 22, p. 15-40, ago. 2015 Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/569>>. Acesso em: 19 Out. 2015.

MORIKAWA, Márcia Mieko. **Direitos do homem e cidadania: ser homem ou ser cidadão? – os dois tempos de uma anunciada “cidadania global”**. In: Direito internacional: perspectivas contemporâneas. GOMES, Fabio Luiz (Org.). São Paulo: Saraiva, 2010. P.265-290.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RUIZ, Rafael. **Francisco de Vitória e os direitos dos índios americanos: a evolução da legislação indígena castelhana no século XVI**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SWINARSKI, Christophe. **Introdução ao Direito Internacional humanitário**. Brasília: Comitê Internacional da Cruz Vermelha – Instituto Americano de Direitos Humanos, 1993.

TIERNEY, Brian. **Vitoria and Suarez on Ius Gentium, Natural Law and Custom**. In: The Nature of Customary Law: Philosophical, Historical and Legal Perspectives. Centre for Research in the Arts, Social Sciences and Humanities: University of Cambridge, 2004.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O direito internacional em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Volume III, 2ª edição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A humanização do Direito Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

RECEBIDO EM: 03/06/2016

ACEITO EM: 28/06/2016
